

# Congresso congestionado com cinco mil projetos

Faltam menos de 45 dias para terminar o semestre legislativo. Em agosto, quando o Congresso Nacional retomar suas atividades, o Brasil inteiro começará a viver o clima das eleições municipais, com muitos parlamentares concorrendo a prefeituras. Até aí, nada de excepcional. No entanto, tramitam na Câmara dos Deputados 5014 projetos de lei à espera de apreciação dos parlamentares.

No Senado Federal, incluídas as matérias de tramitação conjunta, vetos presidenciais e CPIs mistas, vários tipos de matérias de interesse internos, somam-se 1417 projetos, sendo que 74 são decretos de lei, 42 projetos de resolução, 26 emendas à Constituição e 124 requerimentos. No ar fica a pergunta: quantos projetos as duas casas, em especial a Câmara, conseguirá votar antes do recesso parlamentar?

No final de abril, preocupado com o atraso na votação das matérias, o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), convocou os presidentes das comissões especiais e permanentes e líderes partidários para definir uma pauta de projetos prioritários a serem votados antes do término do semestre. Das dez matérias discutidas com Ibsen no final do mês passado, apenas a que estipulou em Cr\$ 230 mil o salário mínimo com reajuste quadrimestral conseguiu sair do cronograma.

A de concessão de serviços públicos, do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), único já aprovado no Senado, está prevista para ir a plenário nesta terça-feira. O projeto que institui normas para licitação pública, agendado para ser votado na última terça-feira, foi adiado para a próxima quarta-feira, mesmo dia em que também será votado, em segundo turno, a emenda à Constituição sobre a antecipação do plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo. Ainda no cronograma de inclusão de matérias relevantes na Ordem do Dia para o mês de maio está previsto o que institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União; do deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB).

**Projetos Polêmicos** — Para o mês de junho, constam seis projetos polêmicos que deverão desovar da pauta do presidente da Casa: a LDB, que fixa diretrizes e bases da educação nacional; o

que tributa grandes fortunas, o que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; o que trata de crimes praticados por meio da imprensa; o que dispõe sobre o sistema financeiro nacional e o que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Segundo Ibsen Pinheiro, a Câmara não terá dificuldades em cumprir a pauta estabelecida no final de abril. "Estou convicto de que conseguiremos vencer os prazos", disse. O primeiro secretário da Mesa, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), endossa a opinião de Ibsen. "Estamos nos organizando para que os projetos que não forem à votação na data prevista sejam incluídos na semana seguinte junto com as matérias daquele dia", explica Inocêncio, acrescentando que esse acúmulo não acarretará atropelos.

**Dificuldades** — Já o líder do PDT, deputado Eden Pedroso (RS), acredita que será muito difícil a Casa cumprir o calendário do presidente. "Não há amadurecimento para determinados projetos, como por exemplo para a Lei de Imprensa e Lei Orgânica dos Partidos", conta. De acordo com Pedroso, a primeira dificuldade já começou a surgir com as leis de tributação submetidas a plenário. Um exemplo é o projeto do Imposto de Renda de autoria do deputado Carlos Alberto Campista (PDT-RJ), que corrigia em 22 por cento a tabela do IR das pessoas físicas e que foi derrotado na última quarta-feira. "Mesmo mantida a urgência, nós temos prazo de 15 dias para apresentar o parecer do relator e, em seguida, as emendas", explicou o líder pedetista.

No Senado, duas matérias de caráter polêmico estão emplacadas há semanas. A da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que disciplina os limites de despesas com o funcionalismo público, e a Lei de Imprensa, do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que versa sobre a liberdade de imprensa e de opinião e disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação.

Ambas têm sido adiadas porque não há acordo entre as lideranças de como deverão ser votadas. Tramitam também na Casa, em caráter de urgência, os projetos que criam os tribunais regionais do Trabalho da 23ª e da 24ª Região e o de crédito agrícola.